

MARTA KUMMER LORETO

INTERVENÇÕES URBANAS NO BAIRRO DO RECIFE

Da cidade mercantil à cidade mercantilizada

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao curso de
Especialização em Política e
Planejamento Urbano do
Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e
Regional da Universidade
Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ, como parte dos
requisitos necessários à
obtenção do título de
Especialista.

Orientadora: Professora Soraya
Simões

Rio de Janeiro

2014

MARTA KUMMER LORETO

INTERVENÇÕES URBANAS NO BAIRRO DO RECIFE

Da cidade mercantil à cidade mercantilizada

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao curso de
Especialização em Política e
Planejamento Urbano do
Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e
Regional da Universidade
Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ, como parte dos
requisitos necessários à
obtenção do título de
Especialista.

Orientadora: Professora Soraya
Simões

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o Bairro do Recife, na cidade do Recife, estado de Pernambuco, em seu aspecto mais contundente de lugar do nascimento da cidade – e, com ela, de seu porto – e as intervenções das quais tem sido objeto. Essas intervenções contribuem para reduzir ou apagar os espaços que remontam à sua origem de bairro portuário. Como partícipe de projetos de um período da história do lugar, são referidos eventos produtores de definições, decisões e resoluções, em diferentes ambientes, encaminhadas com uma lógica semelhante que se orienta para a transformação do valor simbólico do local e a construção de um “novo lugar”, não mais inscrito na velha cidade mercantil mas na nova cidade mercantilizada.

Palavras-chave: Porto do Recife. Bairro do Recife. Lugar. Imaginário. Memória Coletiva. Valor Simbólico. Gentrificação.

ABSTRACT

This paper aims to present the Bairro do Recife, the city of Recife, state of Pernambuco, in his most forceful aspect of the birthplace of the city - and with it, its harbor - and the interventions of which has been the subject. These interventions help reduce or erase the spaces dating back to its source port district. As a participant in a project period of the history of the place, said producers are definitions of events, decisions and resolutions, in different environments, referred to a similar logic that guides the transformation of the symbolic value of the space and the construction of a "new place", no longer enrolled in the old market town but the new commodified city.

Keywords: Port of Recife. Bairro do Recife. Place. Imaginary. Collective Memory. Symbolic value. Gentrification.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O LUGAR BAIRRO DO RECIFE	11
2.1 A Reforma Urbana do início do século XX	12
2.2 Projeto de Revitalização do Bairro do Recife em 1993	14
2.3 Projeto de Implantação do Complexo Paço Alfândega em 2000	19
2.4 Complexo Turístico Cultural Recife/ Olinda	23
2.5 Projeto de Revitalização do Porto do Recife	25
<i>2.5.1 Atracada no Porto do Recife</i>	26
3 A ELIMINAÇÃO DA MEMÓRIA DO BAIRRO DO RECIFE	29
4 PRIMEIROS QUADROS DO ENTENDIMENTO	32
REFERÊNCIAS	35
ANEXO	38

1 INTRODUÇÃO

Quando vamos a uma exposição de pinturas, nos distanciamos dos quadros para melhor entender o que eles expressam. Dessa mesma forma, acontece quando queremos compreender um ambiente. Isso aconteceu de forma intuitiva, mas cientificamente Maurice Halbwachs e Pierre Bourdieu, provavelmente, apoiariam minha decisão: “resolvi, então, estudar”. Essa é uma frase que marca o término de uma fase e o início de uma próxima. Mas, o que fez com que a linha tempo se dividisse? O incômodo de integrar projetos que em seu bojo traz engendram processos de natureza pouco ou nada participativa e entremeada de mistérios.

Nesse trabalho, tenho oportunidade de apresentar algumas questões que suscitaram o incômodo e impulsionaram o meu interesse para o entendimento da realidade da qual fiz parte. Não se trata de confissão, nem um ato de redenção, mas a necessidade de compreensão a partir do estudo dessa realidade. E, portanto, a necessidade de retirar-me desse mundo social. “A partir do momento em que observamos o mundo social, introduzimos em nossa percepção um viés que se deve ao fato de que, para falar do mundo social, para escudá-lo a fim de falar sobre ele, etc., é preciso se retirar dele” (BOURDIEU, 2002, p.115). Pois, foi isso o que aconteceu: o deslocamento da rotina executiva que não permite refletir porque há sempre demandas urgentes a atender para o mergulho na vida teórica do estudo para obter tempo de reflexão e discernimento¹.

Uma das coisas mais frequentemente esquecidas é que qualquer pessoa que fale sobre o mundo social deve contar com o fato de que no mundo social fala-se do mundo social, e para ter a última palavra sobre esse mundo; que o mundo social é o lugar de uma luta pela verdade sobre o mundo social. (BOURDIEU, 2002, p.116)

O conflito pela compreensão da “verdade sobre o mundo social” começou a se delinear e foi tomando volume com a prática diária no “Projeto de Revitalização do Porto do Recife”, entre 2011 a 2013. Nessa ocasião, a decisão para investigação da prática levou a rever projetos de recuperação, reabilitação, requalificação e/ou

¹ Importante trazer o significado dessa palavra, atualmente, pouco utilizada. Discernimento é a “capacidade de compreender situações, de separar o certo do errado”. Fonte: Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss.

revitalização² de áreas históricas dos quais tinha participado e que foi a experiência adquirida nestes que proporcionaria o meu futuro trabalho no Porto do Recife. Todos esses projetos objetivam a construção de sonhos de transformação da dinâmica urbana; de realização de uma “situação melhor” para um público nunca definido e apresentado como um público de *cidadãos*, mas desenhada, nos muitos prospectos, livretos e slides de Power-points, para um “público-alvo” de *consumidores*. Sim, há que se acreditar no que se está fazendo e em seus benefícios e, para isso, é preciso aquietar nosso próprio discernimento; as ações não são realizadas a esmo, mas podem ser sim realizadas sem ele.

Assim, estive envolvida em executar ações em projetos de transformação a partir de 1999. Nesse ano, comecei a trabalhar no embrião do projeto do que viria a ser o Shopping Paço Alfândega, no Bairro do Recife³; e lá fiquei até 2004, ano pós-inauguração. Em 2008, foi a vez de gerenciar o projeto do setor público de transformação do prédio da antiga Fábrica Tacaruna⁴ em um Centro de Cidadania com oferta de cursos de capacitação em arte e cultura para jovens, no bairro de Santo Amaro, em Recife/PE; esse projeto, apesar dos recursos captados, permaneceu em forma de desenho no papel. E, entre 2011 e 2013, estive à frente do projeto de revitalização da área não-operacional do Porto do Recife para a instalação de empreendimentos de lazer, entretenimento, comércio e cultura.

Nessa última atividade é que, realmente, senti a necessidade de parar para refletir. Talvez, porque o Bairro do Recife guarde um rico imaginário simbólico presente em suas edificações e, é importante ressaltar, que foram todas construídas em razão da existência, ali, do Porto do Recife, causa do nascimento da cidade. Talvez, porque o Porto do Recife tenha me conquistado ou a conquista tenha sido minha de uma realidade impressionante que reúne o **novo**, transfigurado em equipamentos atuais de tecnologia aprimorada, e o **arcaico**, representado pelas relações intrínsecas da comunidade portuária, tudo num mesmo ambiente.

² Sobre o significado das palavras que, apesar de indicarem em seu prefixo “re” a ideia de volta, de retorno, cada uma traz um simbolismo e aderência à determinada linha de ação. Para abstrair dessa questão que foge do objetivo do trabalho, utilizarei sempre a palavra transformação.

³ Bairro do Recife se refere a região de nascimento da cidade, a ilha do Recife que antes era o Istmo de Olinda; região também conhecida por Recife Antigo.

⁴ A história do prédio está contada em Usina Beltrão – Fábrica Tacaruna, História de um empreendimento pioneiro de Limerio Moreira da Rocha.

Não é só por ter motivado a criação da cidade - que já é uma razão e tanto para prestar honras – que o Porto do Recife tem sua importância. A economia do Estado de Pernambuco se desenvolveu em torno da monocultura da cana-de-açúcar, principalmente, com o objetivo de exportação do produto açúcar. Para tanto, houve e há a necessidade do porto para escoar a produção para o mercado nacional e, especialmente, o internacional.

Se a cidade deve sua existência ao Porto, o que dirá o Bairro do Recife? Ali sim, está impregnado o espírito portuário. A vida boêmia e os bordeis, os marinheiros e as prostitutas. Bairro antigo com ruas sinuosas e estreitas que foi alvo de destruição no início do século XX, ainda sob as orientações higienistas⁵. Edificações centenárias foram demolidas, inclusive a Igreja do Corpo Santo. Em seu livro *A Memória Coletiva*, Maurice Halbwachs relaciona a memória coletiva e o espaço, onde grupos convivem e estabelecem trocas com o lugar, deixam suas marcas nesse ambiente e são por ele marcados. “Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo...” (HALBWACHS, 2006, p.160)

Enquanto essa primeira grande intervenção urbana no Bairro do Recife, promovida pelo Governo Federal, teve como justificativa formal melhorar a infraestrutura portuária, as intervenções a partir da década de 90 tomaram o espaço com outra lógica: ocupar os antigos edifícios com entretenimento e lazer para um público diferente daquele do mundo portuário. Uma transformação do espaço para dar novo uso. Processos de “revitalização” estavam em moda na época com objetivo de dinamizar os espaços levando ao lugar “atividades contemporâneas” a um público diferente daquele habituado a lá estar. Nesse sentido, o valor simbólico do mundo portuário não tinha sintonia com a estratégia de marketing nesse processo de transformação, a não ser pelo mistério que o imaginário folclórico da boemia e

⁵ Sobre a questão higienista, ver: ABREU, Maurício. Pensando a Cidade no Brasil no Passado, In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato(orgs). Brasil:questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.160. Ver texto e consultar em LUBAMBO, Cátia Wanderley. O Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife, CEPE/ Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991. p.80 a 87.

prostituição poderia suscitar para atrair novo público. Desde 1993, mais três processos, pelo menos, de transformação se sucederam no Bairro do Recife incrementado ainda pela implantação do Porto Digital⁶. Em decorrência, o que se tem nos dias de hoje é a valorização dos imóveis com suas pitorescas fachadas valorizadas, no entanto ignoradas em seu real valor simbólico. “[...] os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (CHOAY, 2006). Uma tendência internacional responsável por associar o entretenimento e o lazer ao consumo de bens patrimoniais.

A essa tendência apontada por Choay soma-se a mercantilização dos espaços pelo capital que desconhece vínculos, é livre, volátil e fugaz. David Harvey⁷ explica que pela natureza expansionista e imperialista do capitalismo, as diversas áreas que fazem parte da vida social ficam ao alcance do nexo do dinheiro e da lógica da circulação do capital. Para o capital promover maior renda melhor será com o consumo. E para incentivar o consumo, criam-se projetos de transformação urbana nesses espaços históricos com dimensões, formas e propostas inovadoras; enfim, a especulação imobiliária aborda executivos do setor público com planos persuasivos e projetos espetaculares para áreas “degradadas”.

É isso, nessa espetacularização não cabe a representação de elementos da vida portuária. Talvez o imaginário apenas como lembrança. A melhor expressão de entendimento por dar aos espaços serventia diferente daquela marcada pelas relações instituídas no porto e em seu entorno foi colocada por um estivador durante uma das reuniões em que se apresentou projeto de um porto com fim apenas turístico:

“- Quer dizer que agora vou deixar de carregar saca de açúcar para dançar o maracatu?”

⁶ De acordo com o site oficial, “O Porto Digital é resultado do ambiente de inovação que se consolidou em Pernambuco nas últimas décadas. Em uma região atrativa para inovação, instituições, empresas, universidades e governos fomentaram mudanças econômicas e sociais que estão gerando riqueza, emprego e renda.” Ver: <http://www.portodigital.org/>

⁷ HARVEY, 2012, p.308.

2 O LUGAR BAIRRO DO RECIFE

O Bairro do Recife, lugar de várias histórias e de diversas intervenções. Local onde a cidade do Recife teve início, cujo nome se deve aos arrecifes naturais em frente à atual ilha, antes istmo. Em sua origem, era o porto natural da vila de Olinda, escolhida pelos portugueses para ser a sede da capitania. No povoado do Recife, moravam aqueles que dependiam do porto e da pesca; era ali o ambiente portuário da atividade comercial de importação e exportação, com os comerciantes, marinheiros e pescadores.

Assim começa a história do istmo de Olinda, porto natural transformado em vila em 1537. Com a presença dos holandeses em Pernambuco, o lugar recebeu maior atenção do que a vila de Olinda. Contam que a preferência holandesa teria resultado da semelhança do Recife com a cidade de Amsterdã. Os investimentos começaram por conectar a faixa de terra que avançava na água a partir de Olinda com a ilha de Santo Antônio, a oeste do istmo, em direção ao continente. Talvez, a primeira intervenção de impacto no povoado do Recife.

O porto se desenvolveu e levou, com ele, o povoado. Crescendo economicamente, transformou o pedaço de terra, a lingueta, em uma cidade. Entre meados do século XIX e a primeira década do século XX, a população urbana mais que triplica atraída por novas indústrias que se instalam em Pernambuco, promovendo a diversificação do sistema produtivo com concentração populacional no Recife e conseqüente expansão urbana.

No início do século XX, o Bairro do Recife concentrava o comércio importador e exportador, as finanças nacionais e estrangeiras e os serviços públicos básicos, como o transporte ferroviário e marítimo e as comunicações. Era evidente o congestionamento de funções no Bairro, que abrigava cerca de 13.000 residentes distribuídos entre 1.180 casas e sobrados. (LUBAMBO, 1991, p.53)

Ainda segundo Lubambo, as famílias de renda média procuravam morar nos bairros de Boa Vista e São José, próximos ao congestionado centro comercial e financeiro. Neste, ficaram os residentes que dependiam diretamente da

movimentação do porto e não tinham meios para se deslocarem a outras áreas da cidade.

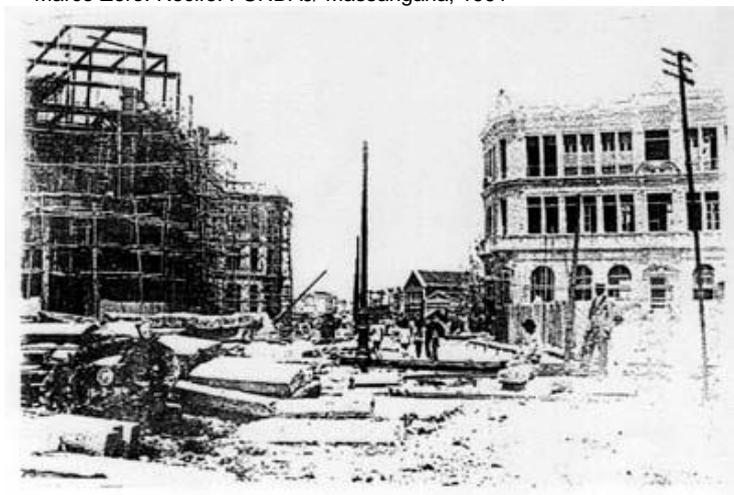
2.1 A Reforma Urbana do início do século XX

Em 1910, com o argumento de melhorar o escoamento de produtos do e para o porto, o lugar sofreu sua primeira grande intervenção urbana para abertura de avenidas e construção de novos edifícios. Não mais do que um reflexo do que acontecia no Rio de Janeiro, com a influência francesa haussmaniana⁸.

Foram destruídos prédios, sobrados, igrejas e casas e o Bairro do Recife se transformou em um grande canteiro de obras, com entulhos de demolições amontoados, símbolos da transformação. A consequência dessas ações seria, sem dúvida, a necessidade de limpar a área, higienizar o ambiente.

O dia 6 de março de 1913, no Recife, foi de penetrante emoção [...] o bairro do Recife reformava-se. Prolongamento das obras do pôrto; rasgar-se-iam duas belas avenidas, e iria ser sacrificada a matriz do Corpo Santo. Pouco importava fôsse o templo vistoso de agora a antiga ermida de São Telmo dos pescadores do século XVI. O urbanismo não vacilava ante êsses sentimentalismos históricos. Era preciso derrubar, derrubar-se-ia. A Mitra cedera a igreja por 500 contos de réis O cheque já estava entregue. As picaretas arrumavam-se no pátio famoso do bairro à espera de agir, como vinham agindo contra os sobradões vizinhos. Lingüeta, Rua do Comércio, becos, Rua da Cadeia, o Arco da Conceição, tudo iria por terra. Urgia a demolição do Corpo Santo. (SETTE, 1952)

O Bairro do Recife em obras, início séc. XX
 Fonte: LUBAMBO, Cátia W. Bairro do Recife: do Corpo Santo ao Marco Zero. Recife: FUNDAJ/ Massangana, 1991



⁸ Ver: LUBAMBO, 1991; BENCHIMOL, 1992; LEITE, 2002.

Demolições no Bairro do Recife, início séc. XX Fonte: página na internet da Prefeitura do Recife <http://www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/historia/cap7/cap7-box3.html>)



Entulhos pós-demolições no Bairro do Recife, início do século XX.
Fonte: página na internet da Prefeitura do Recife -
<http://www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/historia/cap7/cap7-box3.html>



A lógica da intervenção começava com a desapropriação do imóvel seguida de demolição. Logo depois, o chão restante, após o corte das estradas, era vendido a empresários, principalmente, aqueles que tinham relação com o porto do Recife. O valor do solo já não era o mesmo que o anterior e os pequenos comerciantes não conseguiram retornar ao Bairro. Em sua pesquisa histórica, Lubambo (1991) sugere que o argumento de intervir para melhorar o escoamento de mercadorias é falso; o que na verdade aconteceu foi uma ação para a valorização do solo, ao que hoje se denomina gentrificação ou enobrecimento.

Acredita-se que a Reforma Urbana aconteceu por força e decisão alheias àquelas vinculadas aos serviços portuários; enquanto as obras na área urbana ocorreram entre 1910 e 1913, as obras do Porto se estenderam até meados da década de 20 deste século, quando se apresentavam necessárias desde a década de 20 do século passado. O que separou, então, aqueles projetos apresentados a partir de 1815 do projeto aprovado em 1887, além de vários anos de espera?

Fundamentalmente há que se analisar a especificidade do contexto histórico que envolveu a elaboração desse último projeto para melhoramentos do Porto e marcou, também, a decisão pela Reforma Urbana do Bairro do Recife. (LUBAMBO, 1991, p.35)

Ao que, então, apresenta Lubambo (1991) em sua análise do contexto histórico fatores como o alinhamento político de grupos adversários – fazendeiros e usineiros, comerciantes e banqueiros - em prol das reformas; a entrada de empresas de capital estrangeiro no Estado de Pernambuco para construção das obras; e, por último, o apoio de intelectuais e de veículos da imprensa local a ideia de modernização, urbanização e transformação de capitais em centros cosmopolitas.

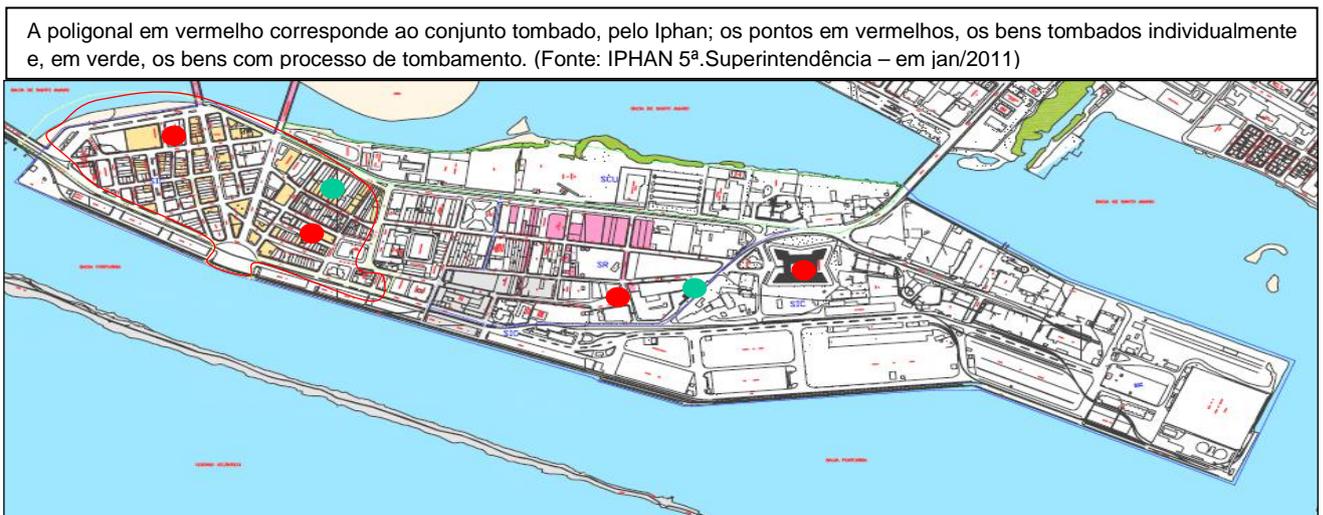
[...] É no começo deste século que a *Physionomia* do Recife perde os últimos vestígios do seu passado.
 [...] O que a cidade ganhou em progresso e desenvolvimento material, perdeu em pittoresco e feitiço próprio. Não levamos em conta o contingente precioso de um passado tão rico em sugestões.
 E deixamos que **tomasse vulto um Recife com o ar de civilização de transatlântico**⁹, e onde de balde procuramos encontrar hoje um pouco de nós mesmos. (Trecho final do Escrito “Recife” por Anibal Fernandes, 1925, In: FREYRE, 1979, apud LUBAMBO, 1991, p.69)

Não parece muito distante do que ultimamente acontece no país do futebol com a transformação de comportamentos e procedimentos para ajustar-se a padrões internacionais ditos modernos. Aqui abro um parêntesis para inserir pequena lembrança de reunião com funcionários da Receita Federal do Brasil, à qual estive presente representando o Porto do Recife. Nesta, a inspetora de portos em Pernambuco, em outubro de 2012, argumentava a necessidade de estabelecer maior rigor nas relações porque o Brasil entrara numa era de modernização para se inserir no grupo dos países mais desenvolvidos do mundo, portanto, havia de negar um pleito de **recebimento de carga importada do Porto do Recife em pátio ainda não alfandegado**, mesmo que solicitado como excepcionalidade, que seria atendida posteriormente em outra instância. **Ou seja, o argumento da modernização pode ser utilizado para todo tipo de transformação desde a de espaços até a de relações e, como pode se constatar, em qualquer tempo da história.**

2.2 Projeto de Revitalização do Bairro do Recife em 1993

⁹ Grifo de minha autoria.

A partir da década de 70, as preocupações pela preservação da história e o cuidado com o patrimônio tomou lugar nas discussões e produções dos planejadores do setor público do Estado de Pernambuco. Em 1976, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - FIDEM elaborou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) e, em seguida, a Prefeitura do Recife sancionou a Lei 13.957 de setembro de 1979, instituindo sítios históricos de preservação e de suas zonas de proteção. Foi, então, reconhecido o Bairro do Recife como área de preservação histórica. Em seguida, a Prefeitura solicitou ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional o tombamento de parte do Bairro do Recife: desde a área alvo da reforma de 1910 e adjacências até a área do antigo Arsenal da Marinha, onde ainda existe a Torre Malakoff e a Praça Artur Oscar. O processo aprovado pelo IPHAN¹⁰ abrange o extremo sul do Bairro do Recife.



Zancheti e Lacerda (1999) contam que questões como: a metropolização dos anos 70 e 80 do Recife com conseqüente descentralização das atividades e redefinição dos espaços da economia urbana; desvalorização imobiliária pelo esvaziamento econômico do centro e as restrições construtivas na área; e, finalmente, a redução da utilização do transporte marítimo no país, portanto

¹⁰ O Conselho Consultivo do IPHAN aprovou o Processo nº 1168-T-85 referente ao tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, inscrevendo-o no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (insc. 119, 15-12-1998) e no Livro das Belas Artes (insc. 614, 15-12-1998). O estudo de tombamento ainda identificou nessa área 50 imóveis de destaque. Fonte: IPHAN.

diminuição das operações portuárias com expansão das atividades de armazenagem, fazendo do espaço parque de estacionamento e local de carga/descarga; carimbaram o Bairro do Recife com um imaginário nada atrativo à população.

Em 1986, o Centro do Recife foi considerado, pela opinião pública, uma das principais áreas problemas de toda a cidade, principalmente devido à ocupação das ruas e espaços públicos pelo comércio ambulante. No Bairro do Recife, a degradação física das edificações e dos espaços públicos e a ausência de “vida urbana” estigmatizavam a área como zona “marginal” e perigosa. (ZANCHETI; LACERDA, 1999, p.12)

Fazer o que, senão transformar a área com um programa de “revitalização”? Essa foi a alternativa apresentada na época, solução que poderia ter sido denunciada por Manuel Delgado (2007) como método que instalou, do mesmo modo, o marketing urbano em Barcelona a partir de sua eleição como cidade olímpica em 1986: primeiro, uma área, muitas vezes carregada de valor simbólico, é dita como obsoleta; logo depois, apresenta-se um plano perfeito através de desenhos e maquetes que a mostram bem atrativa, inclusive aos moradores se promete uma vida melhor; e, em seguida, a mesma área, que em certo momento é idealizada como perfeita à permanência das pessoas, transforma-se em lugar impeditivo para quem lá vivia ou lá realizava o seu sustento. O Bairro do Recife serve bem como caso de exemplo do alerta feito por Manuel Delgado(2007), como podemos ver a seguir.

É então, em 1987, produzido o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, tendo à frente a Empresa de Urbanização do município que instalou um escritório avançado no bairro para acompanhamento das atividades. Nessa época, prometia-se um projeto para os residentes e os usuários do Porto do Recife. Em seu artigo, Virgínia Pontual (2007) conta que o plano propunha “favorecer os trabalhadores e moradores pobres do bairro: os portuários, as prostitutas e os residentes na favela do Rato”. Pontual comenta que era essencial a participação dos moradores, “sendo propalado então que a integração dos moradores ao processo de reabilitação do bairro asseguraria a permanência do antigo com o novo e o alcance social das intervenções”. E para garantir essa propalada participação dos residentes, realizou-se um resgate histórico do lugar. Segundo Antônio Montenegro (1998), a

recuperação da memória de moradores e trabalhadores do Bairro do Recife foi considerada “parte constitutiva e indissociável do caminhar que então se iniciava”.

Durante o trabalho de resgate da memória do lugar, o jornal *Beijo na Rua*¹¹ produziu uma matéria sobre o Projeto de Reabilitação do Bairro do Recife. Nela, há o registro da desconfiança e da expectativa que a iniciativa da Prefeitura e dos grupos envolvidos com as atividades gerou no público residente no local. A desconfiança acompanhava a descrença de que aquela recuperação do bairro abraçaria todos que ali trabalhavam e moravam. Conta o autor Maurício Lissovski: “a primeira reação dos moradores – prostitutas, travestis, favelados e pequenos comerciantes – foi de espanto: não é possível que isso vá ficar bonito pra gente! Alguns comentaram”. Logo após a desconfiança seguiu a expectativa: “não há dúvida quanto ao direito e ao mérito das prostitutas de continuar vivendo e trabalhando neste bairro. E elas têm encarado a revitalização com muita esperança, confiando que ela vá trazer de volta a animação, a festa e os fregueses” (LISSOVSKI, 1988).

As consequências das atividades constituíram livros e arquivos, mas não configuraram resultados aos moradores e trabalhadores do lugar. Já em 1993, outro plano foi proposto: Plano de Revitalização do Bairro do Recife, com a participação do governo do Estado. Iniciava-se a fase de resgate econômico do lugar, com transformação do perfil dos negócios ali localizados, a partir de então, voltados ao entretenimento, lazer e turismo. Aqui, era essencial a parceria com a iniciativa privada, com o firme propósito de mudança de imagem do lugar. As atividades começaram com a pintura das fachadas com tintas doadas por uma indústria do ramo. Segundo Pontual (2007), os proprietários das edificações arcavam com a mão de obra, a Fundação Roberto Marinho promovia a divulgação da ação e a Prefeitura fiscalizava as obras e concedia redução dos impostos municipais aos proprietários dos imóveis pintados. Aparentemente, nada mais do que uma maquiagem para dar uma ideia de alegria aos imóveis: limpos, pintados e bonitos. No página da internet da Prefeitura do Recife, assim está escrito: “introduzindo um cromatismo que destaca e explicita a riqueza de composições das fachadas ecléticas.

¹¹ Uma Publicação de Davida - Prostituição, Direitos Civis, Saúde. Disponível em <<http://www.beijodarua.com.br/>>

Paralelamente, um *mix* de usos é estabelecido para as quatro ruas que compõem o Polo Bom Jesus, privilegiando a gastronomia e o lazer.”

O lugar vai se modificando vagarosamente pelos agentes da transformação modernizadora que trabalham o conteúdo dos projetos de ‘revitalização’, numa ideia de realizar o futuro do lugar a partir do desenho, como se isso possível fosse. Para Lefebvre(2001), os planejadores são utópicos. Eles trabalham com uma matéria complexa e mutável.

Por mais que se possa defini-lo, nosso projeto – o urbano – não estará nunca inteiramente presente e plenamente atual, hoje, diante de nossa reflexão. Mais do que qualquer outro objeto, ele possui um caráter de totalidade altamente complexo, simultaneamente em ato e em potencial, que visa à pesquisa, que se descobre pouco a pouco, que só se esgotará lentamente e mesmo nunca, talvez. Tomar esse “objeto” por real, como um dado da verdade, é uma ideologia, uma operação mistificante. (LEFEBVRE, 2001, p.111)

No entanto, os agentes da modernização, os novos planejadores e realizadores, assumem seus papéis: são combatentes das arcaicas relações locais. Estão a serviço da lógica do empresariamento da cidade, em que protagonistas das ações e decisões do planejamento são os mesmos que executam os malabarismos nos mercados. Segundo Vainer (2002, p.87), “a parceria público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e de decisão”. Assim, o novo e o arcaico e seus respectivos agentes permanecem numa batalha muda.

Como para legalizar o que já estava em andamento, em janeiro de 1997, é publicada a Lei 16.290 / 97 que aprova o Plano Específico de Revitalização do Bairro do Recife, com as condições especiais de uso e ocupação do solo e mecanismos de planejamento e gestão. A partir de então, o bairro foi dividido em setores - Setor de Intervenção Controlada (SIC), Setor de Renovação (SR) e Setor de Consolidação Urbana (SCU) - e são criados Polos de Interesse em cada um dos destes: Bom Jesus, Alfândega e Arrecifes, no SIC; Pilar, no SR; e Fluvial, no SCU. Além disso, a partir de 2001, estavam à disposição dos agentes da modernização instrumentos jurídicos de planejamento urbano, regulamentados pelo Estatuto da

Cidade, tais como 'solo criado', 'outorga onerosa do direito de construir' e 'transferência do direito de construir'¹².

Além da criação do Fundo de Revitalização do Bairro do Recife para elaboração de planos e execução de obras de infraestrutura e equipamentos públicos, foram aprovados incentivos com isenção total ou parcial de Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI e Taxas de Licença de Localização e Funcionamento.

O Bairro do Recife reunia, então, aspectos ideais para a implantação do Programa Monumenta BID, isto é, era sítio histórico reconhecido pelo instituto normativo e contava com mecanismos de incentivo à recuperação de imóveis, principalmente aqueles voltados às atividades econômicas. O Programa aportou na cidade entre 1999 e 2000, concebido para funcionar numa parceria entre o Ministério da Cultura, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a iniciativa privada, com a participação da Unesco e execução da Prefeitura do Recife.

Numa época neoliberal com busca de inserção mundial, o então Ministro da Cultura, Francisco Weffort explicou o porquê do Programa Monumenta.

[...] se desejarmos construir um país capaz de extrair da globalização suas maiores recompensas, devemos democratizar a imagem do nosso patrimônio cultural, fazê-lo aberto e plural e próximo à realidade da nossa estrutura e das raízes nacionais e ao perfil desenvolvimentista de nossa economia. (WEFFORT, 2001, p. 40, apud DUARTE JUNIOR, 2010, p.56).

O patrimônio, portanto, cedia à pressão econômica e adquiria feição de mercadoria, pago com uma moeda sem valor àquele objeto de representação simbólica que não se impregna pelo fetiche do preço. Em Recife, o Programa tinha como a área-alvo das intervenções o Polo Alfândega, onde parte da área já se encontrava alvo de debate acalorado para sua transformação.

2.3 Projeto de Implantação do Complexo Paço Alfândega em 2000

¹² Ver CAPÍTULO II, Dos Instrumentos da Política Urbana do Estatuto da Cidade.

Nesse contexto do Bairro do Recife, em 1999, comecei a trabalhar em projeto para transformação de um prédio histórico, de 1742, que tinha abrigado o Convento dos Oratorianos da Ordem de São Felipe Neri, e depois havia funcionado como a Alfândega de Pernambuco. O envolvimento no projeto foi integral e se referia a todas as áreas de trabalho: arquitetura, “mix de operações”, estudo de viabilidade técnico e econômico, equação financeira, arqueologia, engenharia, comercial. Eu exercia uma espécie de coordenação geral, participando, portanto, da maior parte das reuniões sobre o futuro empreendimento que estava em estudo.

Gozava na ocasião de confiança do empreendedor para representá-lo nas reuniões, sendo previamente orientada para as ocasiões. Defendia o projeto como sendo parte dele, como se sonho meu fosse. Estava alinhada ao pensamento empreendedor, acreditando que o que estávamos realizando era o melhor para aquele prédio que estava abandonado: uma relíquia, com uma série de histórias para contar que funcionava como parque para automóveis no Bairro do Recife, região carente de estacionamento. Talvez esse abandono fosse, ele mesmo, resultante de um processo de construção de “reservas urbanas”, de áreas deliberadamente degradadas pelo poder público, processo semelhante àquele há muito apontado por Jane Jacobs em *Morte e Vida de Grandes Cidades*¹³. Mas essa reflexão só viria muito posteriormente. Naquele então, não havia dúvidas: aquele projeto era o melhor para o Bairro do Recife. E também seria o melhor para a cidade do Recife.

A perspectiva das muitas histórias do prédio foi confirmada pelas ações da prospecção arqueológica e arquitetônica. Havia um prévio levantamento baseado nas iconografias desde o início da ocupação daquele lugar representativo da história pernambucana. O prédio foi aos poucos sendo desocupado. No início, parte servia de estacionamento e parte era ocupada por equipamentos para sondagem de solo e retirada do reboco das antigas paredes; uma prospecção arquitetônica para registro da história do lugar.

¹³ A primeira edição da obra de Jane Jacobs *The Death and life of great american cities* é de 1961. Nesse trabalho, foi utilizada a 3ª.edição traduzida para o português da WMF Martins Fontes, 2011 (JACOBS, 2011, p.335).

Para a prospecção, foram definidos alguns trechos de paredes de acordo com a data e importância que se estimava. Nessa trilha, algumas novidades surgiram: como uma pesada porta de madeira com uma grande fechadura que estava bloqueada por alvenaria em ambos os lados; paredes julgadas da época do convento foram revistas e redesenhada a planta arquitetônica de quando era o antigo prédio dos padres oratorianos. A sensação era de reescrever uma história aos poucos. De acordo com a queda do revestimento externo, ali se via sinais da história passada no prédio. Uma revisitação do lugar. Tratando-se, pois, de um empreendimento com fim comercial, essa história que era descoberta no prédio estava sendo registrada e explorada comercialmente para atrair futuros lojistas, ainda que não estivesse ainda definido o mix de operações que ali iria abrigar.

A prospecção arqueológica aconteceu em seguida. Um trabalho admirável que requereu paciência e tolerância de todos os envolvidos. Ao mesmo tempo em que era executada a escavação do solo e o peneiramento de todo material dali retirado, executava-se a fundação do futuro prédio. A equipe de arqueologia tinha em seus calcanhares a equipe de construção. Foram seis meses de prospecção arqueológica para retirada de um incontável número de pequenos registros da história¹⁴.

Com os incentivos no Bairro do Recife somados aos instrumentos do Programa Monumenta BID, logo, o que seria a transformação de um prédio tornou-se a de um espaço que seria chamado Complexo Paço Alfândega e abrangia: a recuperação da antiga Alfândega para implantação de um shopping; o prédio do Chanteclair – onde funcionou um famoso bordel com esse nome – que abrigaria um café concerto e cinemas; a demolição do prédio do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool – Sindaçúcar para visualização das fachadas da Igreja Madre de Deus; e mais a construção de um pier e de edifício garagem.

¹⁴ Uma delas gostaria de registrar porque marcou o entusiasmo da equipe de trabalho de arqueologia e a evidência de que ao menor sinal de descoberta pode ser contada parte da história do lugar. Recebi o telefonema do arqueólogo/historiador Luiz Severino, estava eufórico porque, me contava ele, tinha encontrado uma lata de sardinha com rótulo francês, datada por volta de 1780. Segundo ele, devia ser uma das primeiras fabricadas no mundo. Ante ao entusiasmo, solicitei ver essa especial lata. Eis que ele me traz um pequeno pedaço de metal enferrujado onde se lia com dificuldade a data de fabricação e o nome do produto. Nesse momento, compreendi a dimensão do conteúdo histórico que um objeto aparentemente insignificante pode conter. A partir desse pedaço de metal, Luiz Severino empreendeu uma pesquisa sobre a fabricação de sardinhas na Europa e a exportação do produto para o Brasil no final do século XVIII.

Maquete eletrônica do Complexo Paço Alfândega. Imagem de divulgação.



O Complexo Paço Alfândega não se realizou por completo. De qualquer forma, impactou a paisagem do Cais da Alfândega com o belo visual do prédio restaurado e, à noite, com iluminação cênica. No entanto, a administração do centro comercial “naturalmente sofisticado”, como dizia o slogan, assistiu, em poucos anos, a maior parte das lojas fecharem as portas. Atualmente, a viabilidade parece estar assegurada pelas operações de alimentação reunidas em um único andar, que durante o horário de almoço apresenta demanda, e do estacionamento em razão da escassez de parques para carros na área. Por certo, o Estudo de Viabilidade Técnico e Econômico do empreendimento Paço Alfândega não considerou a forte representação simbólica do Bairro do Recife: o lugar do porto e do imaginário portuário com seus personagens.

Foto da paisagem do Cais da Alfândega com Igreja Madre de Deus, shopping Paço Alfândega e estacionamento.



2.4 Complexo Turístico Cultural Recife - Olinda

Desde 2004, o Ministério das Cidades – MCidades se envolveu nos debates e financiamento do Plano Complexo Turístico Cultural Recife - Olinda junto ao Governo de Pernambuco e as Prefeituras das duas cidades. A grande extensão da área objeto do Plano era de 280 hectares, desde o bairro de Brasília Teimosa no Recife até o Sítio Histórico de Olinda; “com o objetivo de reabilitar a área central da região metropolitana”, os projetos “vão permitir transformações sociais e ambientais essenciais para esse território” (Ministério das Cidades, 2008, p.109).

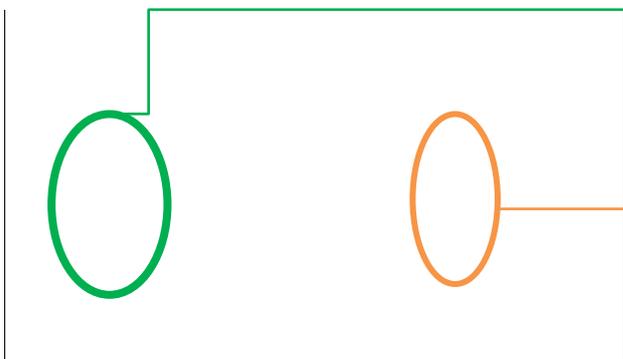
O planejamento para reabilitação dos centros urbanos não alcançou os efeitos que eram previstos para a Região Metropolitana do Recife. Em publicações, o MCidades apresentou planos bem desenhados, articulados e abrangentes em que era partícipe das ações de elaboração e acompanhamento. O Complexo Turístico Cultural Recife - Olinda ganhou maquetes física e digital, mas permaneceu no papel, o que motivou comemoração para muitos que dependiam das operações portuárias. Isso porque o Plano previa eliminar embarque e desembarque de cargas através do Porto do Recife, transformando-o apenas em cais de atracação para transatlânticos.

Maquete eletrônica da área do Bairro do Recife no Complexo Turístico Cultural Recife – Olinda. Imagem de divulgação.



Simultaneamente, a Prefeitura do Recife elaborava um plano para intervir em parte do Bairro do Recife, denominado Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar - PRUISCP. Anunciado pela Prefeitura do Recife, em 2007, como uma proposta de transformação das condições atuais do terreno antes ocupado pela Favela do Rato e, naquele momento, chamado Comunidade do Pilar. Uma ocupação existente desde a década de 1970, que contava 468 famílias lá morando quando publicado o Programa da Prefeitura para a área. Esta era parte do polígono do Porto do Recife, doada a Prefeitura do Recife para efetivar a intervenção. O terreno está ocupado por famílias de baixa renda que trabalham diretamente em atividades portuárias ou delas dependem e, também, em atividades industriais e informais no bairro. O PRUISCP prevê a construção de 470 unidades habitacionais, escola, creche, posto de saúde e um centro comercial com açougue, padaria, mercearia e pequenos serviços. Também está prevista a infraestrutura urbana: pavimentação, drenagem, água, luz e saneamento.

Vista oeste – leste da construção de conjunto habitacional na Comunidade do Pilar, rodeada de ruínas tombadas pelo IPHAN.



Detalhe de obra paralisada desde maio/2013.



Vista de prédios do conjunto habitacional da Comunidade do Pilar já construídos.

Vista leste – oeste da construção do conjunto habitacional ao fundo e, em primeiro plano, as casas da Comunidade do Pilar.



Segundo Nancy Neri e Alcindo de Sá (2009), apesar do entusiasmo dos moradores do Pilar, única concentração de residências no Bairro do Recife, “a transformação da área num lugar salubre não garantirá a entrada dos seus moradores na era moderna e muito menos poderá garantir sua inclusão sócio espacial”. Ainda com a preocupação de inserção dos moradores do Pilar no processo de transformação do Bairro do Recife, os autores Kohara, Uemura e Ferro argumentam a falta de preocupação do Estado em garantir a permanência das pessoas.

Os projetos mais recentes anunciados e em implementação na área central têm foco na requalificação de espaços para turismo e produção de habitação de alto padrão, a exemplo do projeto do Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda. Recursos públicos e privados vêm sendo aprovados para o projeto em questão. As iniciativas têm gerado valorização do solo reforçando a necessidade de intervenções pelo Estado e implementação de mecanismos no sentido de assegurar espaços suficientes e adequados para a população mais pobre. Na favela do Pilar (localizada no bairro do Recife Antigo), que passa por requalificação, com a construção de 470 unidades habitacionais e equipamentos sociais (escola, creche e posto de saúde), **não foram construídos mecanismos de contenção da especulação imobiliária, de modo a assegurar que os investimentos continuem servindo à população pobre que ali mora**¹⁵.”(KOHARA; UEMURA; FERRO, 2012, p.52)

O Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar foi paralisado quando houve relevantes achados arqueológicos identificados pelo IPHAN. Assim se encontrava até fevereiro deste ano.

2.5 Projeto de Revitalização do Porto do Recife

Denominado Projeto de Revitalização do Porto do Recife – Porto Novo, este prevê a completa transformação da área não operacional do porto, ou seja, aquela faixa de cais que não mais opera embarque e desembarque de cargas. Espaço que ficou por muito tempo abandonado, sem acesso público, cercado por muros por se tratar de extensão do porto e, portanto, área de segurança.

O início do debate público se deu com a apresentação em 14 de dezembro de 2007, quando foi realizada a “Audiência Pública do Processo Licitatório para o

¹⁵ Grifo de minha autoria.

Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias Não Operacionais do Porto do Recife”¹⁶, mediante a apresentação da Minuta do Termo de Referência. O projeto foi apresentado pelas empresas de consultoria jurídica e de projetos contratadas para elaborar a intervenção na área do Porto do Recife¹⁷. Após a apresentação, foram feitas algumas manifestações pelo público presente com as seguintes recomendações, sugestões e preocupações: 1) compatibilização com o uso e a ocupação das áreas objeto de transformação em relação às instalações já existentes; 2) preservação dos aspectos estéticos portuários; 3) instalação de um museu para preservar a história do Porto do Recife; 4) preservação das fainas de trabalho portuário, considerando que a origem da cidade foi o próprio porto e que a revitalização terá que conviver de forma harmoniosa com a operação portuária; e 5) sugestão de observar no Termo de Referência o aproveitamento da mão-de-obra portuária ociosa nas atividades comerciais que serão desenvolvidas nas áreas transformadas e a inclusão de uma faixa de ciclovia, alertando para a existência da linha férrea que é operacional e que não poderá ser obstruída.

Daquela data até o final de 2010, as ações ficaram circunscritas aos domínios do Porto do Recife S.A. e do Governo de Pernambuco. A área para arrendamento sofreu alteração com a retirada de armazéns e pátios para a instalação do Centro de Artesanato de Pernambuco – projeto da primeira dama do Estado de Pernambuco, Renata Campos -, e do Cais do Sertão Luiz Gonzaga – projeto do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

2.5.1 Atracada no Porto do Recife

Em 29 de dezembro de 2010, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, esteve em Recife para lançamento do empreendimento Cais do Sertão Luiz Gonzaga, um equipamento cultural que mistura museu com centro de cultura e tem a promessa de trazer para o litoral o imaginário sertanejo. Era final de

¹⁶ Documento público disponível na Comissão Permanente de Licitação do Porto do Recife S.A.

¹⁷ Acredito ser importante destacar a diferença da utilização, na Audiência Pública, da expressão “intervenção em área do Porto do Recife” em vez de “intervenção urbana”, mesmo se tratando de tecido urbano. Sem certeza da arbitrariedade do uso dos termos, mas aparentemente havia a intenção de manter o projeto sob o domínio restrito considerando ser terreno da União sob a guarda do Governo de Pernambuco, através da empresa Porto do Recife S.A. Dessa forma, o debate seria limitado e a atuação da Prefeitura restringida.

governo para o Presidente Lula e esta era a última cerimônia de que participava enquanto ocupante do cargo mais alto do governo executivo. Ali estavam o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, o ministro da Cultura, Juca Ferreira, o ministro da Integração Nacional, Fernando Coelho, e secretários do Estado de Pernambuco. Um evento que prendeu a atenção de todos pelo significado do momento do então presidente e pelo apelo à emoção por se tratar do Rei do Baião. Em estrutura armada no Marco Zero da cidade do Recife, no Bairro do Recife, à beira do cais, lugar portuário, foram apresentadas maquetes física e eletrônica, filme explorando o sertão, o imaginário de Seu Lua (Luiz Gonzaga) e o significado do futuro equipamento. Ao final, o forró, o baião e o xaxado na voz de artistas do Nordeste¹⁸. Tudo transformado em festa. O compromisso ali acordado era o Porto do Recife construir o novo prédio em convênio com o Ministério da Cultura-MinC, a partir do projeto contratado e fornecido pelo MinC. Apresentou-se, então, um projeto com equipes de arquitetura e de concepção museológica definidas pelo próprio Presidente da República. Na ocasião, a tudo assisti, acreditando que todos os passos estavam acordados, traçados, planejados; era o que parecia.

Em janeiro de 2011, iniciei o ano trabalhando no Programa de Revitalização do Porto do Recife, conheci os projetos previstos e, entre eles, o Cais do Sertão Luiz Gonzaga. Os recursos previstos para o convênio eram de R\$ 16 milhões, valor calculado sem os projetos de arquitetura e engenharia. A equipe de arquitetura que havia sido contratada pelo MinC no início de novembro/2010, entregou os projetos básico e executivo no final de agosto/2011, com um orçamento de R\$ 40 milhões. O processo de contratação dos projetos era coordenado pelo MinC, e mesmo assim, o setor jurídico do ministério não encontrou uma solução para participar, como parceiro que era, do processo de construção do equipamento. Era final de um governo e início de outro na época do lançamento do Cais do Sertão Luiz Gonzaga, inclusive com a troca de ministros. O governador de Pernambuco assumiu, pois, a tarefa de erguer o novo equipamento cultural e tratava a questão como compromisso assumido com o ex-presidente Lula.

¹⁸ Aqui vale uma pequena observação: o cantor e compositor Domingos, que carregava em si a maior e melhor representação do Rei do Baião, havia sido contatado para o show final, mas, às vésperas do evento, teve sua participação vetada por ter participado da campanha eleitoral do adversário do candidato do PT.

Além do Cais do Sertão Luiz Gonzaga, também integram a lista de projetos a serem executados com investimentos públicos: a urbanização da área, o Centro de Artesanato de Pernambuco e o Terminal Marítimo de Passageiros. Este último está entre os empreendimentos do PAC Copa¹⁹. Além disso, a extensão arrendada soma sete armazéns e dois pátios, no total de 34.244,92m², licitada à intervenção da iniciativa privada. Para alguns dos projetos, não havia a concordância da maioria da comunidade portuária, assim designada por aqueles que a integram. A eles, projetos que alteravam resoluções existentes na operação do porto não tinham sido apresentados, muito menos debatidos. Os subgrupos dessa comunidade estavam representados no CAP – Conselho da Autoridade Portuária²⁰, instância resolutória para as decisões normativas do porto, tais como definições sobre dimensões das áreas operacional e não operacional; uso e ocupação da área não operacional; e especificação dos diferentes tipos de operação do porto e respectivos espaços.

No mesmo sentido, membros da diretoria, no início de 2011, acreditavam que estando na área portuária, mesmo não-operacional, não havia necessidade de licenciar os projetos na prefeitura, porque sendo a Autoridade Portuária naquela seara, nada havia o que discutir com os órgãos de controle urbano. Mais um ator, dessa vez a Prefeitura do Recife, que não tinha participação e ciência nas decisões de intervenção em parte significativa e simbólica da cidade. Iniciamos, então, diálogos com as equipes técnicas das Secretarias de Controle Urbano e também de Cultura, por ser Sítio Histórico a área sob intervenção. Portanto, o IPHAN teve participação na análise dos projetos.

A transformação da faixa de cais não operacional consiste em utilizar os antigos armazéns e pátios do porto para usos de serviço, comércio e entretenimento, através da instalação de Escritórios, do Festival Center – concentração de atividades de lazer, cultura e comércio -, Hotel, Marina e Centro de

¹⁹ “Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”(ver <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>). No caso do PAC COPA, este abrange as tais obras nas cidades sede dos jogos da Copa Fifa 2014 , como portos, aeroportos e arenas de futebol.

²⁰ Após a Medida Provisória 595 de 06 de dezembro de 2012, novo marco regulatório do setor portuário que revogou a Lei dos Portos 8.630 de 25 de fevereiro de 1993, o CAP passou a ser apenas consultivo e não há obrigatoriedade de sua existência.

Convenções. Assim como no Projeto de Revitalização do Bairro do Recife, promovido pela Prefeitura do Recife e o Governo de Pernambuco em 1993, o projeto que propõe a revitalização do Porto do Recife está direcionado à recuperação econômica e, portanto, não inclui o resgate simbólico e o imaginário que está preso ao local e, muito menos, o Estudo de Viabilidade Técnico e Econômico abordou questões socioambientais. As obras para a transformação do lugar estão em execução.

3 A ELIMINAÇÃO DA MEMÓRIA DO BAIRRO DO RECIFE

O porto motivou a criação da cidade e foi o principal escoador da produção açucareira do Estado de Pernambuco. A economia do estado se desenvolveu a partir da atividade agroexportadora do açúcar dependente, portanto, de estrutura portuária.

Durante o século XIX, Recife é uma cidade modesta cujas únicas funções importantes são constituídas pelo porto, no embarque de açúcar, e pelo comércio importador que opera a distribuição para os outros centros regionais. Nessa época, a cidade depende inteiramente da produção de açúcar e uma crise neste setor econômico provoca a paralisia quase total das atividades urbanas...Uma crise de produção no interior provoca quase sempre a paralisia da cidade...(PERRUCCI, 1974, p.588)

A interdependência existiu por muito tempo, enquanto a economia do Recife dependia apenas da produção do açúcar e o transporte de carga era realizado utilizando a navegação atrelada à ferrovia. Com priorização do modal rodoviário e a diversificação das atividades econômicas na cidade, a estreita vinculação foi alterada, mas não perdida. A queda na exportação do açúcar, por motivo de produção reduzida ou desinteresse do mercado internacional ou pelo baixo preço do produto no cenário econômico, tem repercussão bem negativa para o porto, mas não à cidade. Aparentemente, há impacto apenas para aquele mundo social específico portuário, considerando inclusive que o Bairro do Recife desde a década de 20 do século XX é uma ilha²¹; tem um contexto bem particular.

²¹ O istmo de Olinda foi cortado na década de 20 para facilitar a navegação dentro da bacia portuária, transformando o Bairro do Recife numa ilha.

A história do Recife se conta, portanto, a partir do porto e a memória coletiva do Bairro do Recife é expressa pelas pessoas que convivem ou conviveram naquele lugar em determinado tempo. Esse grupo forma a comunidade portuária e abrange aqueles que estão praticando atividades ligadas ao porto ou que indiretamente dependem dessas atividades. Estamos falando de operadores portuários, agentes de navegação, estivadores, arrumadores, conferentes, funcionários da administração da autoridade portuária e demais órgãos intervenientes nas trocas comerciais de cais, marinheiros, prostitutas, donos de bares e restaurantes, pescadores e demais frequentadores que se embriagam com os causos, os contos e a boemia do lugar.

Esse diversificado grupo guarda a memória do lugar, cada pessoa de forma diferente porque cada ser tem sua própria subjetividade. No entanto, a memória coletiva ou várias memórias coletivas, porque são vários grupos dentro de um grande coletivo que interage diuturnamente na região portuária, resistirá enquanto houver o objeto que os mantenha vinculados – o porto e suas atividades. Eles contam sobre si mesmos, enquanto quem observa fala sobre outros.

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. [...] Na realidade, existem muitas memórias coletivas. Esta é a segunda característica pela qual elas se distinguem da história. A história é uma e se pode dizer que só existe uma história. (HALBWACHS, 2006, p.102)

No filme “Chanteclair, a dama da noite”²², estão lá os depoimentos das pessoas que viveram uma época do Bairro do Recife, quando as pensões e os bordéis estavam em pleno funcionamento em razão do movimento dos navios no porto, e os homens da cidade também frequentavam o lugar. Em 48 minutos, a cineasta Mariângela Galvão consegue abrir janelas para que as pessoas falem e transmitam o espírito de boemia que dominava o bairro. Frequentadores dos locais, donas e funcionárias de pensões, antigas prostitutas, proprietários de imóveis e de restaurantes remontam a imagem daquilo que já foi como se vivo estivesse. O Chanteclair encerrou suas atividades na década de 80, quando houve queda na movimentação de navios. Em determinado momento do filme, Mariza Helena, que trabalhava no Chanteclair, entra no prédio e conta como era o ambiente, como se

²² “Chanteclair, a Dama da Noite”, 2002, filme de média metragem, da cineasta Mariângela Galvão.

dava o movimento no bar, nas mesas, entre as pessoas, nos quartos. Entrando em contato ali com o prédio e contando o que viveu, ela diz que sentia, novamente, a vida. Sentiu-se viva.

Sim, o Bairro do Recife tem uma rica história e muitas memórias coletivas. Falamos de muita intensidade, de vidas ricas em acontecimentos e sentimentos. Nesse espaço, o conhecimento é descoberto nas e pelas pessoas que adentram o ambiente. Assim aconteceu o contato entre o conhecimento de que tinha daquele mundo contado nas histórias e o que experimentei quando comecei a trabalhar no Porto do Recife. Halbwachs²³ esclarece que a influência do meio social só é realmente sentida quando confrontamos uma realidade com outra, quando muitas correntes sociais se cruzam e se chocam em nossa consciência e, nesse momento, surge o estado de intuição sensível quando estabelecemos relação com objetos fora de nós mesmos o que provoca uma transformação na pessoa.

Entrar em contato com esse ambiente provocou um choque de reflexão na visão do que eu considerava aquele mundo. Alterou o conteúdo preconceituoso que eu tinha do mundo portuário. E para melhor entendimento daquele ambiente e para que possa contar a sua história, Halbwachs alerta: “os acontecimentos e as datas que constituem a própria substância da vida do grupo não podem ser para o indivíduo mais do que sinais exteriores, aos quais ele não se relaciona a não ser sob a condição de se afastar de si.” (HALBWACHS, 2006, p.75) Duplo afastamento: do objeto²⁴ e de si mesma, de suas ideias pré-concebidas. Uma forma de ver o quadro inteiro, inclusive, para compreender a postura em defesa da continuidade do porto, como lugar importante para existência da cidade do Recife; e pela permanência das pessoas que ali convivem e que dependem das atividades portuárias²⁵.

O que se trata aqui é da preservação dessa memória coletiva enquanto ela existe porque há uma comunidade portuária em atividade; porque as janelas estão se abrindo a todo tempo para que as pessoas do grupo possam falar. Por que as

²³ Ver HALBWACHS, 2006.

²⁴ Sendo o objeto o mundo social apontado por Bourdieu (BOURDIEU, 2002, p.115).

²⁵ Sobre a história de vida e as dificuldades enfrentadas pelo povo do cais, ver a obra do escritor Jorge Amado, especialmente os livros *Mar Morto*, *Capitães de Areia*, *Os Velhos Marinheiros*.

reformas urbanas exigem e impõem a alteração ou, pior, a eliminação da localidade Bairro do Recife como região portuária? É possível conjugar a operação do porto com outras atividades nesse lugar onde a cidade nasceu por ser o local de atracação natural e, portanto, porto desde sua origem. Transformar o espaço em parque de diversões com entretenimento apenas para um público que tem condições de pagar por produtos culturais empacotados, consumíveis por eleitos, levará o espírito portuário a definhar sob os moldes do que mundialmente tem acontecido nesses espaços: a expulsão vagarosa dos personagens locais que, de certa forma, atrapalham a nova feição que os promotores da mudança querem implantar no lugar.

Talvez, igualmente como Manuel Delgado denuncia, haja um processo como aquele em que se transformou Barcelona em uma “cidade mentirosa”.

[...] el caso de Barcelona es la manera em que essas dinâmicas globalizadoras han alcanzado el mayor refinamento em lo que se da em llamar “presentación del producto”, consecuencia de um cuidado extraordinário em la puesta em escena de una falsa victoria sobre las patologias urbanas y una enganosa eficácia a la hora de producir bienestar humano y calidad formal.[...] la imagen de una ciudad paradigma de todos los éxitos concebibles, pero de una ciudad que no existe, ni há existido nunca, que sólo es esa imagen que de ella se vende, um mero decorado, una vitrine [...] ²⁶ (DELGADO, 2007, p.12)

4 PRIMEIROS QUADROS DO ENTENDIMENTO

Assim se apresentava: uma cidade sem divergências, sem desencontros, tudo articulado, negociado, acordado. A través do modelo de Barcelona, outras cidades desejam apresentar-se tranquila, orgânica, harmônica e em crescimento. Os planejadores podem desenhar esse modelo no papel, o difícil, ou talvez inexequível, será colocar na prática. Não é a toa que hoje todos os projetos de transformação urbana são apresentados em belas imagens gráficas, onde se assiste a pessoas tranquilas caminhando num ambiente absolutamente limpo, higiênico e seguro. O

²⁶ “[...] O caso de Barcelona é a maneira como as dinâmicas globalizantes têm alcançado o maior refinamento no que se denomina “apresentação de produto”, consequência de um cuidado extraordinário ao que se põe em cena como falsa vitória sobre as patologias urbanas e uma eficácia enganosa para produção do bem-estar humano e da qualidade formal. [...] A imagem de uma cidade paradigma de todos os sucessos concebíveis, mas de uma cidade que não existe, que nunca existiu, que é a apenas a imagem do que é vendido, uma mera decoração, uma vitrine.”

que fizeram com a cidade? Para Manuel Delgado, “...toda ciudad es otra cosa: un cuerpo que sólo sabe de frecuencias, desasosiegos e intensidades”²⁷. O modelo de Barcelona seduz planejadores e administradores públicos com imagens de produto comercial vendável, que reduz a cidade através de uma simplificação identitária, de personalidade coletiva homogênea e coesão cidadã. Características que interessam ao capital financeiro que não estabelece relação com o objeto comercializado, só interessa o rendimento da aplicação e, portanto, ausência de problemas numa ilha da fantasia.

Nesse modelo, Delgado afirma que a administração se abstrai da missão de manter a vida democrática da sociedade urbana e se coloca a serviço do capital, submetendo-se ao seu tempo e não mais àquele tempo das controvérsias, das discussões, reflexões e debates vitais à democracia. Sim, há preocupação com o bem-estar dos cidadãos e dos visitantes das cidades desde que não contrarie o projeto de mercado.

Há, no entanto, uma questão que considero mais grave: a eliminação da memória do lugar de origem da cidade. Empreender mudanças de tamanho impacto sem compreensão de suas consequências pode ser fatal ao lugar rico em significados. **Constato que há a ausência do dimensionamento dos impactos porque em nenhum dos Estudos de Viabilidade Técnico e Econômico, quando existiram, há menção à representação simbólica do Bairro do Recife, apenas a lembrança de que ali é a área mais antiga da cidade, local de sua origem. É com esse alerta que trabalho atualmente.**

Ao encontro do que aqui procuro apresentar e alertar vem as palavras de Mello e Vogel (1983), quando falam do trabalho de etnografia do espaço social:

“A classificação sem as práticas é uma estrutura cristalina, admirável pela clareza das linhas e articulações, mas inerte, rígida, sem vida. As práticas, por seu lado, são caleidoscópicas, mutáveis e mutantes. Sem a noção dos princípios classificatórios que atualizam, porém permanecem incompreensíveis e desordenadas aos olhos do observador. Classificações e práticas pertencem a ordens diferentes. Uma é do domínio do pensar e do conceber; a outra faz parte da ordem do vivido, da experiência. Graças à

²⁷“...toda cidade é outra coisa: um corpo que só conhece frequências, ansiedades e intensidades.” DELGADO, Manuel. La Ciudad Mentirosa – Fraude y Miseria del ‘Modelo Barcelona’, pg.18.

assimetria desse encontro há vida e movimento, mudança e conservação.”(MELLO; VOGEL, 1983, p.74)

Planos não se configuram apenas com desenhos e maquetes, mas sim, substancialmente, com a vida do lugar, com o imaginário que está impregnado em suas construções de cimento e pedra e, principalmente, nas pessoas que vivem e trabalham no Bairro do Recife.

Referências

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio.** 4ª.edição. São Paulo: UNESP, 2006.

DELGADO, Manuel. **La Ciudad Mentirosa – Fraude y Miseria del Modelo Barcelona.** Madrid: Catarata, 2007.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC,** São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** 23ª.edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** 3ª.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

KOHARA Luiz; UEMURA, Margareth Matiko; FERRO, Maria Carolina T. **Moradia é Central - lutas, desafios e estratégias.** Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos: São Paulo, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos e Espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown.** **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v.17. n.49, p.115-134, junho, 2002.

LISSOVSKI, Maurício. **Vida Nova no Recife – Prostitutas participam da recuperação do centro histórico.** **Beijo na Rua.** Rio de Janeiro, dezembro, 1988. Memória, p.8.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **O Bairro do Recife**: entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife, CEPE/ Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Lições de rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. *Arquitetura revista*, Rio de Janeiro, FAU/ UFRJ, nº 1, set/ 1983, p.67-79.

MONTENEGRO, Antonio. A Invenção do Futuro. **Proj.História**, São Paulo, n.16, p.185-192, fev/1998.

NERY, Nancy S.; SÁ, Alcindo J.de. A “Modernidade” Anunciada para o Espaço de Moradia dos Pobres do Bairro do Recife – PE. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009.

PERRUCCI, Gadiel. A Cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria. In: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 7, 1973, Belo Horizonte. **Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História - A Cidade e a História**. São Paulo: ANPUH, 1974. Volume 1, p.577-599.

SETTE, Mário. **Arruar**: uma História Pitoresca do Recife Antigo. 2ª.Edição. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANCHETI, Sílvio; LACERDA Norma. A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do caso do Bairro do Recife. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 8-24. jan-mar 1999

Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR),

Brasil. Ministério das Cidades/ Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI. **Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais**. Brasília: Ministério das Cidades/ Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, 2008.

FIDEM - Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife.
Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR). Recife: 1976.

BRASIL. **Estatuto da Cidade** : Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. 3ª.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

PREFEITURA DO RECIFE. **Plano de Reabilitação do Bairro do Recife**. Recife: Prefeitura do Recife/ Empresa de Urbanização -URB, 1987.

PREFEITURA DO RECIFE. **Programa de requalificação urbanística e inclusão social da comunidade do Pilar- PRUISCP**. Recife: Prefeitura do Recife, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Plano de revitalização – Bairro do Recife**. Planejamento urbano e economia. Recife: Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco (AD-DIPER), v. 1, 1992.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Projeto de Revitalização do Porto Organizado do Recife**. Recife: Porto do Recife S.A., 2011.

PONTUAL, Virgínia. Práticas Urbanísticas em Áreas Históricas: o Bairro do Recife. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales** -Serie documental de Geo Crítica, Universidad de Barcelona, v. XII, n. 752, outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-752.htm>>. Acesso em 28/03/2014.

RECIFE. Lei 13.957 de 26 de setembro de 1979. **Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio cultural da Cidade do Recife; disciplina a preservação desses bens; autoriza o Prefeito a declarar zonas especiais de interesse dessa preservação cultural e, dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/13957/>>. Acesso 28/03/2014.

RECIFE. Lei 16.290 de 29 de janeiro de 1997. **Aprova o Plano Específico de Revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife, estabelece condições especiais de uso e ocupação do solo, cria mecanismos de planejamento e gestão, e dá outras providências**. Disponível em: <www.recife.pe.gov.br/pr/leis/1629097.doc>. Acesso 28/03/2014.

IPHAN. **Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural** – Programa Monumenta. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=4350>>. Acesso: 28/03/2014

O Bairro do Recife Antigo na página eletrônica da Prefeitura do Recife. Disponível em < <http://www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/bairrodorecife/textos.htm>>. Acesso: 10/03/2014

ANEXO

